



L Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

CONCURSO PÚBLICO DE INGRESSO, DE PROVAS E DE TÍTULOS, PARA
A DELEGAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TABELIONATO E DE REGISTRO DO
ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL N. 01/2007

DECISÃO

Trata-se de requerimento de juntada de título apresentado à Comissão Examinadora do Concurso Público de Ingresso, de provas e títulos, para delegação dos Serviços de Tabelionato e de Registro do Estado de Minas Gerais - Edital n. 01/2007 por Gislaine Aparecida Moratelli, inscrição n. 290673.

A requerente apresentou para fins de pontuação de títulos certidão expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil - Secção de São Paulo, comprovando inscrição definitiva no referido órgão desde 17/08/1999; certidões obtidas via Internet, do juízo da 1^a Instância da Comarca de São Paulo, do Juízo da 2^a instância do Estado de São Paulo, da 2^a Vara Cível da Comarca de Mogi das Cruzes, da 2^a e 7^a Varas Cíveis da Comarca de Guarulhos, da 7^a, 19^a Varas Cíveis, 1^a Vara dos Registros Públicos, todos da Capital, São Paulo, com a relação dos feitos em que a candidata atuou como advogada, no período de 2000 a 2007.

É o sucinto relatório.

O item 2 do capítulo VI do mencionado Edital estabelece que “*Serão considerados os seguintes títulos: III – Exercício de advocacia*” (...). A forma de comprovação se dará mediante “*certidão de inscrição em Seção da OAB e certidões das Secretarias de Juízo em que tenha atuado*” (...).



L Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Assim sendo, foram atribuídos oito pontos de títulos à candidata, já que essa comprovou ter exercido oito anos de advocacia. Para fins de pontuação foi também verificada como data inicial a da inscrição definitiva na OAB/SP, em 17 de agosto de 1999, e como data limite a da publicação do Edital n. 01/2007, em 07/08/2007. Ainda foi observado para fins de pontuação: “1 (um) ponto por ano ou fração superior a 6 (seis) meses”, conforme requer o Edital (item 2, capítulo VI, III).

TOTAL DE PONTOS OBTIDOS PELA CANDIDATA: 8 (OITO).

Belo Horizonte, 11 de julho de 2008.

Reynaldo X. Carneiro
Desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro

Segundo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça,
Superintendente da EJEF e Presidente da Comissão Examinadora